AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NA TERRA: ASSENTAMENTOS RURAIS NO CORAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA.

ANTONIO MARCOS CAMPOI; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE;

UNIARA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA

ARARAQUARA - SP - BRASIL

mestrado@uniara.com.br

PÔSTER

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURALIDADE

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NA TERRA: ASSENTAMENTOS RURAIS NO CORAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NA TERRA: ASSENTAMENTOS RURAIS NO CORAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA.

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Ruralidade

RESUMO

Neste artigo, através de pesquisa feita em uma comunidade assentada no Projeto de Assentamento Rural da Fazenda Monte Alegre, localizada no município de Araraquara-SP, procuramos identificar os principais sistemas de produção relacionados às atividades de cultivos, criações e processamento predominantemente implantados para fins comerciais e as estratégias por eles desenvolvidas para permanecer na terra.
Conhecer os itinerários técnicos que operacionalizam estes sistemas e principalmente, compreender suas racionalidades nos remete a considerar a teia de relações sociais existentes entre assentados, poderes públicos municipal, estadual e federal, bem como os interesses de investimentos financeiros realizados pela iniciativa privada em razão da localização privilegiada do assentamento em relação às agroindústrias que compõem o pólo agroindustrial regional.
Neste contexto procuramos identificar e analisar as estratégias desenvolvidas pelas famílias assentadas para permanecerem na terra, seja através de atividades agrícolas ou não agrícolas, em um espaço temporal distinto, identificado pela chegada das famílias ao assentamento, em um território dominado pelo agronegócio.
A consolidação destas novas alternativas de ocupação do espaço e gestão dos territórios, em constante conflito com a voracidade do agronegócio (que se utiliza da fragilidade econômica destas famílias para impor seus projetos de "desenvolvimento" das comunidades) está diretamente relacionada aos rumos da política agrícola brasileira.

Palavras-chave: Sistemas de Produção, Estratégias de Vida, Assentamento Rural, Desenvolvimento Rural, Gestão do Território.

Introdução: A título de contextualização

O presente artigo tem por objetivo caracterizar o estudo de sistema de produção dos núcleos do assentamentos da Fazenda Monte Alegre, formados entre 1985 e o final da década de 90, os quais perfazem um total 377 lotes com 377 famílias regularmente assentadas como titulares destes lotes localizados na região do Estado de São Paulo conhecida como " Califórnia Brasileira", de grandes complexos agroindustriais, tomando como recorte de pesquisa a metodologia utilizada pela FAO para diagnosticar sistemas agrários associados a uma identificação das alternativas de permanência na terra.
Sem a pretensão de fazer um minucioso mapeamento da produção bibliográfica brasileira voltada a assentamentos, permitimo-nos esclarecer que utilizamos neste artigo contribuições trazidas pela análise econômica dos assentamentos, salientando os impasses

provocados pelos resultados da pesquisa da FAO sobre reforma agrária, produção, emprego e renda (ROMEIRO et al., 1994) salientando suas controvérsias ou fatos polêmicos.

Descrevendo estratégias de assentados a partir de amostras e dos períodos de sua implantação, o presente estudo não prioriza variáveis políticas e sócio-culturais, embora tenhamos claro que o modo de vida e as estratégias destes pequenos produtores são atravessadas por tais dimensões. O exame das estratégias que se abrem a partir da entrada na terra e da experiência acumulada no processo produtivo de trabalho no interior dos vários núcleos dos assentados da Fazenda Monte Alegre não se fecha, no entanto à consideração de que o viver na terra, o convívio, a vizinhança, a cooperação podem criar vínculos de reconhecimento social, valores de economia moral, tais como os discutidos por (BARONE, 1996).

Por outro lado, além das redes de sociabilidade, há o espaço dos conflitos, das disputas, das competições na instituição das associações, na relação com os técnicos, dentre outros (BARONE, 2002). Com tais ressalvas, o trabalho discute os principais sistemas de produção adotados e as expectativas sobre o futuro desta política de assentamentos rurais no país.

Assentamentos no território do agronegócio

Não temos neste trabalho a pretensão de estabelecer paradigmas ou modelos incontestáveis de formas de proteção agrícola tão utilizados em procedimentos classificatórios de viabilidade econômica em políticas agrícolas Somar este trabalho com a vasta literatura já existente sobre os assentamentos rurais na região de Araraquara e poder contribuir para formação de um referencial analítico, como parâmetro à constituição de categorias que considerem os assentamentos em constante evolução nos distintos tempos sociais e trajetórias de vida, marcadas por pressões, atritos e lutas (FERRANTE et. al., 2000), atenderia a nossa expectativa de contribuição.

Estudar assentamentos rurais, principalmente a partir da caracterização das atividades agrícolas predominantes e do entendimento sobre a lógica destes processos exige a superação de expressões do imaginário referendadas a uma agricultura sub-desenvolvida, de baixa tecnologia, em pequenas áreas e sistema de exploração tipicamente familiar. As transformações (adoção de novo pacote tecnológico) de nossa agricultura entre as décadas de 70 e 80 até os dias atuais ainda estão muito presentes na estruturação dos sistemas produtivos constitutivos do meio rural.

O universo empírico da pesquisa, ou seja, o projeto de assentamento de trabalhadores rurais da Fazenda Monte Alegre, está localizado na região central do Estado de São Paulo e possui, do ponto de vista do agronegócio brasileiro, características bastantes significativas referentes à análise econômica.

Com o intuito de *delimitar* o universo da pesquisa, estabelecemos para efeito de análise sócio-econômica regional, a "nossa microrregião" composta pelos municípios em que parcela de seus territórios é abrangida pela Fazenda Monte Alegre, a saber, Matão, Motuca e como o principal núcleo urbano deste contexto, a cidade de Araraquara, a qual iremos denominar como município sede.

Segundo informações do Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) de Araraquara, instituição ligada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, nas safras 96/97, 97/98 e 98/99, este escritório representa o segundo lugar[1] no

[1] No Estado de São Paulo são 40 EDR's.

"ranking" do Estado em termos de valor da produção agrícola aferida nestas safras com 5,80% do total produzido no Estado, valor este somente inferior à EDR de São João da Boa Vista com 6,26% com destaque para as produções de bovinocultura de leite, cana-de-açúcar, laranja, café e frangos de corte.

Não é difícil avaliarmos a importância desta microrregião para o agronegócio paulista e brasileiro, se considerarmos que dos três principais produtos geradores de divisas para o Estado (cana-de-açúcar, citros e bovinos), dois deles (cana-de-açúcar e citros) representam 84,96% da área cultivada na safra 98/99 na EDR de Araraquara, segundo relatório desta instituição.

A Fazenda Monte Alegre, originalmente constituída pela junção de duas propriedades, resultado de heranças sucessórias e totalizando 7.300 hectares é adquirida pelo Estado em 1940 e, a partir daí, passa a ser explorada com o cultivo de eucalipto para produção de dormentes utilizados nas antigas estradas de ferro.

Motivados pelas tensões sociais num campo de disputas e conflitos, norteados por ações de acomodação e resistência, a relação patrões x empregados ou "*usineiros x bóias-frias*" dá mostras de que o barril de pólvora foi aceso na conhecida revolta de Guariba - SP, ocorrida em maio de 1984, com a greve dos bóias-frias como retaliação à "proposta" dos usineiros de aumentar o número de ruas no corte da cana com intuito de "elevar" a produtividade do trabalho sem nenhum ganho real para estes trabalhadores, ou seja, cristalizando a intensificação e exploração do trabalho. Este fato foi apenas a ponta do iceberg de um imenso contexto social caracterizado por rupturas, explorações, expulsões e principalmente, sem qualquer perspectiva de futuro para estes trabalhadores(as) rurais (BARONE, 1996).

Este acontecimento foi marcado na época (final do governo militar) pelo forte impacto nos meios sociais o que, de certa forma, demandou ou pelo menos passou a compor a agenda governamental de "preocupação" com a nova realidade até então inusitada, mas presente. Políticas emergenciais para promover o acesso destes trabalhadores à terra e, principalmente, viabilizar a produção de alimentos para subsistência em um primeiro momento e atender às populações carentes das periferias das cidades e às instituições públicas (hospitais, escolas, etc.) posteriormente foram a estratégia política adotada para conter emergencialmente o ímpeto desta categoria de trabalhadores.

Em setembro do ano de 1984, com o apoio da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP - com sede na cidade de Araraquara foi criada a "comissão de identificação de terras", ou seja, grupo de trabalhadores rurais que passaram a percorrer e identificar na região terras inaproveitadas e/ou aproveitadas inadequadamente, do ponto de vista do cumprimento de sua função social, como uma primeira contribuição desse grupo de trabalhadores à implantação da "política emergencial" alardeada pelo governo estadual na época. Em julho de 1985 um primeiro grupo de trabalhadores rurais (ex-bóias-frias) com apoio da FERAESP promove a ocupação de uma área na Fazenda Monte Alegre, mais tarde denominada núcleo I do assentamento (BERGAMASCO et. al., 2003).

Assentamentos rurais derivados do projeto de valorização de terras públicas do governo estadual, através da utilização de imóveis públicos para fins de reforma agrária (especificamente o caso da Fazenda Monte Alegre) são perspectivas que passam a ser identificadas em meados dos anos 60, para designar a locação de um determinado grupo de famílias em terras públicas ou privadas (ROMEIRO et. al., 1994).

Estudar este objeto (projetos de assentamentos rurais) de características específicas e mutantes, mesmo sob a ótica agronômica ou produtivista - viés que não dá conta da complexidade deste objeto - implica em recorrermos às noções de estratégias e trajetórias,

sabiamente citadas por (ANTUNIASSI et. al; 1993) como; "*a capacidade de manejar recursos escassos e bens limitados, em novo contexto de vida e em situações de pouca liberdade de escolha e grande dependência"*. No caso dos assentados da Fazenda Monte Alegre, compreender como estas famílias conseguem lidar com essa situação, obrigatoriamente nos leva a buscar informações de suas origens sociais, a relação com o capital econômico, social, cultural e simbólico. Conhecer este contexto implica necessariamente absorvermos a noção de *trajetória* que expressa, portanto "*a dimensão diacrônica que liga o conjunto das circunstâncias às estratégias, tal como relatado pelos assentados quando contam suas histórias de vida"* (idem, ibidem).

Caminhos teórico-metodológicos: o itinerário de dilemas

Reconstituir tais trajetórias nos leva a contextualizar as transformações estruturais que aconteceram em nossa agricultura entre as décadas de 70 e 80 e que podem ser resumidas em apenas uma palavra: ruptura. Ruptura ou rompimento com particularidades milenares que acompanhavam esta atividade e, em conseqüência, da adoção de um novo modelo tecnológico de produção (maximização da produção) que se desdobra nos seguintes processos: *a) ruptura agricultura x alimentação:* com a adoção deste novo padrão tecnológico, a agricultura passou a ser concebida como produtora de uma mercadoria qualquer (geralmente a que apresenta maiores lucratividade no mercado); *b) ruptura agricultura x território:* com a escolha de qual produto seria produzido para atender à demanda do mercado, concomitantemente foi ocorrendo a migração desta atividade para áreas que apresentassem melhores condições edafoclimáticas para produção, o que teve como conseqüência a marginalização e abandono de algumas áreas antes cultivadas com a diversidade das explorações; *c) ruptura com ordem demográfica:* com a redução da diversificação das atividades agrícolas e a crescente mecanização, houve drástica redução do número de pessoas ocupadas com atividades agrícolas no meio rural e aumento da idade média do chefe da família; *d) ruptura agricultura e meio ambiente:* com a implantação do novo pacote tecnológico (intensiva mecanização, uso de agroquimicos e uso de sementes geneticamente modificadas), a preocupação com as conseqüências ambientais destas práticas foram deixadas em segundo plano, em decorrência da maximização dos lucros; *e) ruptura do modelo familiar de produção:* com a intensiva mecanização das atividades agrícolas, foram sendo poupadas a força-de-trabalho disponível nas propriedades que foram se tornando cada vez mais individualizadas, parte dos membros das famílias começam a dedicar-se a atividades não agrícolas mesmo que ainda morando no meio rural (SCHNEIDER, 2003).

É nesta conjuntura de rompimento, de quebra, de esfacelamento de uma identidade, que surge outra expressão bastante familiar nos dias atuais, mas não menos polêmica quanto a sua real importância para a pequena produção, a pluriatividade. Apesar de haver autores que a definem como a tradução de "*part-time farming"* (agricultura em tempo parcial) ou "*multiple job holding"* (combinação de múltiplas fontes de renda na propriedade), a definição de FULLER; NEWBY citado por SCHNEIDER (2003, p. 79) nos parece a mais completa; "*Pluriatividade incorpora tanto as características da noção part-time farming (unidades nas quais os membros moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como da multiple job holding (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). Por isso a expressão pluriatividade tem sido amplamente utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas com cash, mas com pagamentos em espécie, através da permuta de trabalho e outros arranjos informais"*.

Alguns autores consideram esta nova prática como um retrocesso à pequena agricultura no sentido de perda do poder de organização e reivindicação por melhores preços dos produtos agrícolas, acesso ao crédito, modernização de atividades produtivas, etc. Outros autores consideram positiva esta estratégia no sentido da agricultura não ser uma atividade isolada de todo processo de "modernização" da economia mundial, portanto esta prática seria considerada como uma estratégia adotada pelos produtores para aumentar a produtividade econômica da propriedade (diversificação das rendas) nestes tempos de abertura da economia mundial, mais conhecida como globalização.

No bojo deste novo enfoque as atividades dos agricultores estão sendo observadas com relação à referência dos locais onde os mesmos as desenvolvem, não necessariamente internamente à unidade agrícola (*pluriatividade*), também o estabelecimento rural passa a ser objeto de analise, quanto ao cumprimento de suas funções enquanto gerador de trabalho e renda através da produção de alimentos. Neste aspecto, o conceito da *multifuncionalidade* agrícola começa a ser discutido no sentido de amenizar as disfunções da chamada agricultura moderna, através da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas circundantes. O papel da agricultura, não somente pela ótica produtiva, mas também pela ótica de seus reflexos sociais (participação das famílias rurais no desenvolvimento local) e ambientais (conservação do solo, da água, da fauna, da flora) passa a ser caracterizado como uma propriedade agrícola multifuncional (PERONDI, 2004). Em outras palavras, *" a noção de multifuncionalidade da agricultura supõe articular um projeto de sociedade às diversas dimensões da atividade agrícola"* (LAURENT, 2000 citado por PERONDI, 2004).

Em nossa pesquisa, como veremos mais adiante, várias são as propriedades que podem ser consideradas como multifuncionais em razão de suas diversidades de cultivos e criações identificadas em seus sistemas de produção predominantes. Mais importante do que a pluriatividade do pequeno agricultor (importância momentânea), a multifuncionalidade da propriedade é a garantia da sustentabilidade produtiva das gerações futuras.

Segundo CHAYANOV citado por SCHNEIDER (2003), a busca dos pequenos produtores por atividades complementares de renda está diretamente relacionada à teoria da unidade econômica camponesa, à idéia de que o equilíbrio entre o trabalho e o consumo está diretamente relacionado ao comportamento da família. Neste comportamento, três aspectos são fundamentais como objeto de observação; *a) ciclo demográfico*: em famílias que possuem filhos pequenos ou que possuem apenas os chefes de famílias em idade avançada, reduz-se significativamente a probabilidade de execução de trabalho não agrícola; *b) caráter teleológico*: racionalidade que orienta a maximização do uso dos recursos de produção (terra, capital e trabalho) estabelecida a partir do tamanho da família e seu grau de auto-exploração; *c) unidade doméstica e unidade de produção*: entende-se por unidade doméstica a produção de autoconsumo, sendo ambas indivisíveis no que se refere à gestão de suas rendas.

A constituição de um projeto de assentamento de trabalhadores rurais implica reconstituir uma comunidade que em condições normais levaria dezenas de anos para adquirir suas características identificadoras como confiança e solidariedade entre vizinhos, experimentação de cultivos e técnicas mais adaptadas indicadas à disponibilidade dos recursos naturais existentes (terra, água e vegetação) além de obtenção de obras e serviços públicos imprescindíveis para uma existência minimamente aceitável. Do ponto de vista da ação estatal, em decorrência das determinantes legais que regem esta inserção, existe toda uma sistemática de direcionamento das ações que compõem o processo de assentamento, tais como a relação destes trabalhadores com os recursos naturais, com o resultado

econômico obtido, com a auto-sustentação das atividades desenvolvidas e até com as relações sociais existentes na comunidade (ROMEIRO et al., 1994).

Com o passado marcado pela exploração impiedosa do modelo capitalista de produção (muitos assentados estão hoje no assentamento como resultado da exclusão social proporcionada por este modelo de produção agrícola), os desmandos, as já citadas rupturas, a expulsão do processo produtivo, a luta pela posse da terra e finalmente a entrada no projeto de assentamento (acesso à terra), o sentimento vai um pouco além do simples gosto pela vitória ou a certeza da reprodução social familiar. O sentimento maior destas famílias representa a liberdade ou a faculdade de cada família daquele momento em diante, de decidir ou agir segundo suas próprias determinações. Não é difícil imaginarmos a receptividade destas famílias ao direcionamento a ser imposto pela ação estatal na "nova casa" que os espera.

Neste contexto são bastante oportunas as observações de BARONE (1996) quando trata dos códigos tradicionais destas comunidades rurais aliados às estratégias familiares de sobrevivência na terra na constituição destes novos núcleos de reprodução, ou seja; *a) economia moral, diz respeito às normas e obrigações sociais de cada segmento ou agente social configurada nos princípios da reciprocidade, redistribuição e domesticidade; b) ética de subsistência, refere-se à lógica camponesa de produção onde o bem estar familiar é priorizado no ordenamento do trabalho em relação à obtenção do lucro; c) relações horizontais e verticais, relações que as famílias desenvolvem com seus vizinhos (relação horizontal), com seus patrões, com o poder estatal (relações verticais) com o objetivo de fugirem das necessidades básicas para sua sobrevivência.*

Para o trabalhador rural hoje assentado, antes de vir para o assentamento, pelo menos para grande maioria desta população que garantia sua sobrevivência através de serviços assalariados, sua reprodução social era referente apenas às oportunidades de utilização ou venda de sua força de trabalho. Como agricultor assentado, reproduzir-se significa restituir a produtividade da terra e livrar-se da tutela do Estado (BERGAMASCO & SALLES, 1995).

Entendemos aqui como reprodução social *"o processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo externo"* (FORTES, 1971 citado por PERONDI & KIYOTA, 1999) e capital social como *"formas de organização social como a confiança, as normas e os sistemas que são capazes de contribuir para o aumento da eficiência da sociedade e facilitar as ações coordenadas, ou seja, capital social está diretamente vinculado à participação de indivíduos em organizações"* (SOUZA & BERGAMASCO, 2006).

Partindo-se do pressuposto da conceituação de agricultura familiar estabelecida por LAMARCHE (1993) o qual estabelece que *"a unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família e a conjunção destes fatores (unidade de produção, propriedade e família) na operacionalização das atividades agropecuárias sugere necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e sua reprodução social"*, consideramos neste trabalho de identificação e caracterização dos sistemas de produção predominantes as alternativas de permanência na terra desenvolvida a título de estratégias utilizadas por estas famílias, como sujeitos praticantes de uma agricultura predominantemente familiar.

Nos estudos sobre diagnóstico dos sistemas de produção, identificar o universo empírico da pesquisa e estratificar ou separar em campos da análise constituem-se em premissa básica para obtenção dos resultados. Há trabalhos que vêm observando a

evolução e a dinâmica dos sistemas de produção existentes, a partir dos princípios do método de diagnóstico de sistemas agrários. Pesquisa da FEAGRI (UNICAMP) voltada ao estudo da correlação dos sistemas de produção existentes com os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, chega à tipificação de quatro grupos de sistemas produtivos; pequenos produtores de leite, famílias com baixo dinamismo produtivo, médios produtores de leite e produtores diversificados, a partir da utilização de métodos estatísticos multivariados. Apesar da diversidade detectada entre os sistemas produtivos, a pesquisa conclui que embora os técnicos responsáveis pela assistência técnica e extensão rural – ATER - percebam as diferenças existentes entre os grupos que se formaram, não há diferenciação significativa na atuação dos mesmos. Conclusão esta que vem demonstrar um hiato entre a proposta teórica da Fundação ITESP – de incentivo à postura democrática através de processos participativos – e a prática de orientação técnica que acaba sendo padronizada, comprometendo a atenção às singularidades e diferenciações existentes entre os assentados. Mais do que uma questão de método, a prática de assistência técnica adotada pelo ITESP não tem alterado, praticamente em nada, as estratégias produtivas e reprodutivas utilizadas pelos assentados para permanecer na terra.

No interior dos projetos de assentamentos rurais, a diversidade agrícola talvez seja a caracterização mais importante do ponto de vista agronômico e ambiental em relação às atividades agrícolas desenvolvidas anteriormente na área (normalmente caracterizada pela monocultura extensiva). Neste aspecto, WHITAKER & FIAMENGUE (2000) objetivando retratar esta diversidade através da sua estratificação, estabelecem cinco níveis ou estratos de análise a saber a) 1º nível: bacia hidrográfica (como vimos a importância das culturas dos citros e da cana-de-açúcar neste contexto); b) 2º nível: lote agrícola (diversidade de culturas e criações entre os lotes agrícolas); c) 3º nível: retrata a diversidade interna de cultivos e criações internamente a cada lote; d) 4º nível: retrata a diversidade entre os itinerários técnicos implementados na condução das atividades de culturas e criações e; e) 5º nível: produtos consumidos ou comercializados dentro dos sistemas de produção.

Aprofundando um pouco a análise da relação entre as famílias agora assentadas e o poder estatal, nos deparamos com uma seara de conflitos, tensões, clientelismos e contradições. Conflitos e tensões são facilmente observados na relação assentado x agente técnico estatal, devidos, entre outros fatores, à falta de uma política clara de apoio à pequena produção agrícola. A postura burocrática dos técnicos e conseqüente dificuldade de diálogo, distância cultural., atribuições de culpa aos assentados pela falta de organização e instabilidade das diretrizes institucionais (refletindo-se diretamente na motivação do trabalho técnico, o que favorece uma postura burocrática) são alguns dos fatores que contribuem para o desarranjo desta relação (BARONE, 2002).

Não é menos confusa e conflitante a relação assentados x poder público (federal, estadual e municipal). Diferente dos agentes técnicos, estes setores se utilizam de uma estratégia pouco recomendada, pois além de não equacionar os problemas e de tentar controlá-los através de condicionantes imediatistas, desestimulam o processo de organização interna destas comunidades, ou seja, a formação de seu próprio capital social através da prática condenada do clientelismo (BARONE, 2002). Exemplos desta natureza são explicitados na manipulação de lideranças destas comunidades assentadas (importante componente do jogo das racionalidades sociais deste universo), para fins eleitorais ou para implantação de projetos de benefícios duvidosos a estas comunidades. Em troca destes apoios estratégicos, a liberação de recursos em caráter emergencial e próximo a períodos eleitorais, a coordenação da patrulha agrícola do município quando estas máquinas estão prestando serviços nos assentamentos são expedientes que acabam sendo definidos pelo jogo de poderes presente em tais processos. Todas as famílias que, por um motivo ou outro

não concordam com uma postura dos órgãos gestores como representantes dos interesses gerais da comunidade ou que não possuem simpatia política do chefe do poder executivo local acabam sendo punidas. A viabilização de aprovação de projetos de interesses escusos e diversos acaba transfigurando direitos em favores, principalmente na área social, de saúde e de transporte.

Quando nos referimos à implantação de projetos de benefícios duvidosos para as famílias assentadas, estamos nos referindo talvez ao tema mais polêmico e que provoca os maiores conflitos de opiniões em as famílias assentadas. Estamos aqui falando do projeto de parceria usina x assentados para o plantio de cana-de-açúcar no Assentamento Monte Alegre para fins agroindustriais.

Conforme estudo de STETTER (2000), o histórico da investida das usinas da região no plantio de cana-de-açúcar no assentamento se dá em dois momentos através de duas propostas distintas, isso não quer dizer que foram exatamente somente estes momentos em que houve a tentativa de plantio. Estes períodos apenas externalizam os resultados de articulações e arranjos ocorridos nos bastidores das instâncias governamentais, sob a tutela do patronato político partidário, o qual procurava desconsiderar qualquer discussão mais ampla sobre a efetiva viabilidade do projeto perante a sociedade, os atores sociais "beneficiados", órgãos e instituições direta ou indiretamente envolvidos com estas comunidades rurais.

Em um primeiro momento no ano de 1992, a proposta de plantio da cana-de-açúcar pela usina era de 100% da área dos lotes do assentamento, mais vínculo empregatício para o chefe da família mediante o pagamento de um salário mínimo por mês e benefícios sociais (médico, dentista e outros) para o restante da família. Em um segundo momento, no ano de 1995, nova investida da agroindústria agora com a proposta reformulada para o plantio de 50% das áreas dos lotes, mas sem o vinculo empregatício para o chefe da família e nem os benefícios sociais para o restante da família.

Na verdade, os argumentos faziam parte de um ideário construído para discriminar os assentados, e fazê-los aceitar a condição de consorciados como se fosse o único caminho de superação de suas dificuldades. Ideário que vai sair e entrar em cena na trajetória dos assentamentos.

São com freqüência utilizados argumentos que procuram ridicularizar as famílias assentadas perante a opinião pública. Suas formas de produção, o significado da luta pela terra para estes trabalhadores, são, via de regra, fatores completamente ignorados não só pelo prefeito, mas muitas vezes até pelos órgãos gestores dos projetos. Estas duas "investidas" não se materializaram na época por fatores diversos, entre eles a não concordância dos órgãos públicos federal e estadual (INCRA e ITESP) responsáveis pela implantação e condução destas políticas nas duas esferas, como também da instituição sindical representativa dos interesses desta categoria de trabalhadores.

A participação destas famílias no projeto, como pequenos fornecedores de matéria-prima para indústria canavieira, nos remete ao trabalho de QUEDA & PINASSI (1985) que, com bastante propriedade tecem algumas considerações sobre a realidade desta relação pequenos fornecedores x agroindústrias, tais como; a) os fornecedores de matéria prima para agroindústria canavieira são completamente excluídos do processo de decisão com relação aos destinos da produção; b) as manifestações de contrariedade quanto às imposições a eles apresentadas, são geralmente de caráter individual sem a mínima organização para qualquer manifestação coletiva; c) a legislação edificou a pequena produção canavieira às margens da necessidade de agroindústria (funciona como uma espécie de reserva de potencial produtivo em situações de grande pouca oferta e grande demanda por produtos estabelecido pelas regras do mercado), porém esta mesma legislação

preparou o caminho para sua possível eliminação, que somente não ocorrerá, se esta pequena produção superar o campo de suas necessidades históricas.

A possibilidade de analisarmos as atividades produtivas destes atores sociais, sem estabelecer conclusões isoladas por "produto" (análise reducionista do processo), mas considerando a participação e a integração dos diversos segmentos da sociedade (produtores, organizações, instituições, assistência técnica, entre outros) buscando analisar os principais problemas de relações, estruturas e interdependência com os recursos naturais foram os principais incentivos e desafios que encontramos para elaborarmos este trabalho com foco na caracterização dos sistemas de produção predominantes no Assentamento Monte Alegre. A perspectiva de considerar todas estas variáveis através do estudo sobre os sistemas de produção é o recorte buscado neste artigo com a preocupação de aprofundar as diversidades destas experiências. Trabalhar com a metodologia da identificação e caracterização dos sistemas de produção predominantes no universo empírico da pesquisa nos remete à compreensão sobre a definição de sistemas, o que pode ser entendido como *"uma descrição do funcionamento de processos que não podem ser excessivamente analisados quanto aos seus elementos constituintes distintos, pois a natureza intrínseca de cada elemento não é uma propriedade que existe separada e independentemente de outros elementos, mas é, ao invés disso, uma propriedade que, em parte, surge de seu relacionamento com outros elementos só assim podendo ser compreendida a lógica de sua fluidez e funcionamento. O dinamismo é fator caracterizador/definidor de um sistema, ao contrário da estaticidade"* (PREMEBIDA & ALMEIDA, 2003)

Estendendo este conceito para os sistemas de produção na esfera dos estabelecimentos agrícolas, teremos *"uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para obtenção das produções vegetais e animais. Ele pode também ser concebido como uma combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas (cultura, criação, processamento), não se resume ao estudo de cada um dos elementos constitutivos, mas consiste, sobretudo em analisar com cuidado as interações e interferências que se estabelecem entre eles"*. (FAO/INCRA, 1999)

Devemos aqui também esclarecer que consideramos importantes as abordagens criticas que analisam o "movimento sistêmico" como *auto-explicativo e pretensamente detentor da compreensão (supostamente mais adequada) da complexidade do real, dos sistemas agrários, produtivos e sociais* (ALMEIDA, 2003).

Enfim, a busca de conhecer um pouco mais sobre este complexo sistema social, ou seja, os assentamentos de trabalhadores rurais exige a incorporação, nos princípios analíticos, de um movimento histórico novo, reconstituído a partir de fragmentos culturais resultantes de tensões, rupturas, resistência e integrados a partir da realidade conquistada através das lutas pela posse da terra, nas quais formas alternativas de sobrevivência e permanência na terra são incansavelmente buscadas, ao mesmo tempo em que pode ocorrer desruralização ou reconstrução da ruralização num movimento dialético (ROMEIRO et. al, 1994).

Estratégias como alternativas de permanência na terra: o que a experiência tem mostrado

Como as famílias passaram ou estão passando por adaptações no projeto de assentamento, a convivência em grupo, as relações sociais, as produções de autoconsumo e comercial, *"... a capacidade de manejar recursos escassos e bens limitados, em um novo contexto de vida e em situações de pouca liberdade de escolha e grande dependência"*

(ANTUNIASSI et. al; 1993, p.126), enfim, como estão sobrevivendo e procurando alternativas para permanecer na terra?

Tais alternativas implementadas pelas famílias do projeto do assentamento Monte Alegre em seus distintos períodos são analisadas, do ponto de vista de *"... um fio condutor que dá sentido às diversas situações vividas pelos agentes sociais, por mais desencontradas que pareçam aos olhos do observador. Entende-se que essa linha condutora se refere à dimensão racional das pessoas e não se reduz à racionalidade econômica"* (ANTUNIASSI et. al., 1993, p.126) o que chamamos de estratégias.

Não consiste objeto desta análise a identificação e a apresentação de todas as dimensões de racionalidade econômica das famílias no assentamento. A lógica camponesa de produção se distingue da lógica capitalista por não visar "apenas" a redução dos custos e otimização dos lucros, mas levar em conta também o grau de penosidade do trabalho desenvolvido, o bem estar da família e a manutenção da terra como elemento vital de reprodução social (FERRANTE, 2000). Nos casos analisados apesar do cercamento das usinas e do investimento crescente na cana, a lógica das necessidades não foi deixada de lado. Soma-se a isso o fato de ser extremamente complexo e passível de grandes equívocos a identificação da renda em modelos de agricultura com sistemas de produção predominantemente familiares. Fatores como a *complexidade da formação dos custos de produção* são detectados, seja pela falta de hábito em fazer este tipo de controle, seja pela falta de capacitação ou interesse das próprias famílias. *As formas de ingresso monetário* no sistema de produção (assalariamento externo, previdência social, dentre outros); a *diversidade da comercialização da produção* (produtos vendidos como matéria prima e/ou processados); a *valorização do profissional pela diária de trabalho e utilização de relações informais/comunitárias de trabalho* imbricam-se à cooperação na execução das práticas agrícolas, tais como troca de dias, diárias, mutirão e outras que reduzem ou substituem a necessidade de pagamento em dinheiro, alterando significativamente os custos de produção (FERRANTE, 1999).

Neste contexto, as alternativas de permanência na terra foram analisadas sob o ponto de vista das estratégias utilizadas pelas famílias nos períodos distintos de pesquisa. Classificamos as estratégias de acordo com os seguintes aspectos:

a) Estratégias Familiares: aquelas estratégias relacionadas diretamente com as atividades dos componentes familiares ou força de trabalho utilizada direta ou indiretamente no processo produtivo, sejam elas de caráter integral ou temporário.

b) Estratégias de Produção: aquelas estratégias relacionadas diretamente ao processo produtivo, como as formas de produção empregadas, a diversidade da produção, a produção comercial ou de autoconsumo, os canais de comercialização e outros.

As estratégias familiares de compor com outras fontes de rendas (externas à propriedade) a complementação das suas necessidades de sobrevivência, pode ser compreendida através de dois fatores; *a) características das economias locais; b) características internas das famílias.* Em relação ao primeiro aspecto, em vista da proximidade do assentamento Monte Alegre (25 km de Araraquara e 10 km de Matão) a dois dos mais importantes parques agroindustriais do país no que diz respeito ao agronegócio de exportação (suco concentrado, açúcar, álcool e equipamentos agrícolas) ávidos pela captação de mão-de-obra de baixo custo, torna-se praticamente impossível para os pais manterem seus filhos no trabalho do lote com estas "oportunidades" batendo a sua porta. O que não quer dizer que esta complementação da renda familiar não retorne ao lote na forma de investimentos em infra-estrutura ou custeio de explorações agrícolas.

Outro fator importante a ser considerado, diz respeito às características internas destas famílias quanto à disponibilidade de mão-de-obra com idade e minimamente

capacitada para trabalhar. Aliada às dificuldades encontradas pelos progenitores para a exploração das atividades agropecuárias no lote, inerentes à atual política agrícola em curso no país referente à pequena produção, os assentados não fazem nenhuma objeção à saída destes familiares para a cidade, ao contrário, fazem incentivar. Portanto, a atração (*pull factors*) exercida pela economia local e a silenciosa expulsão (*push factors*) desta mão-de-obra do processo produtivo dos lotes agrícolas caracterizam este fenômeno da agricultura moderna.

Em vista disso constatpu-se que praticamente dois terços da força de trabalho dos filhos em relação ao trabalho no lote são de caráter parcial ou nulo. O trabalho dos filhos caracterizado em sua maior parcela como parcial, se deve ao fato de prestarem serviços para agroindústria canavieira da região em fase específica do processo produtivo da lavoura de cana-de-açúcar, as chamadas atividades temporárias (ex. corte e colheita da cana). Esta atividade é favorecida pelo fato de ocorrer predominantemente nos meses de maio – agosto, período de entressafra das principais explorações agrícolas existentes no projeto de assentamento, tais como as culturas anuais (grãos e hortaliças) e perenes (frutíferas). Pela proximidade do assentamento com as agroindústrias da região, isso possibilita para as usinas um barateamento do custo com mão-de-obra e, em contrapartida, para as famílias fornecedoras desta, uma possibilidade de complementação da renda familiar no período de entressafra da produção.

Neste aspecto, o conjunto de famílias analisadas nos mostra claramente que além das estratégias utilizadas por estas famílias para composição da renda da propriedade, existe a valorização da conquista da terra. Neste grupo a totalidade das famílias possui algum tipo de complementação de renda externa à propriedade, sendo metade destas fontes provindas do trabalho permanente ou temporário de membros das famílias nos complexos agroindustriais da região onde está inserido o projeto de assentamento. O trabalho externo de membros das famílias para ajudar a compor a renda familiar, longe de mostrar algum constrangimento por parte dos assentados em falarem sobre esta situação, que talvez pudesse ser interpretada como fracasso em termos de exploração da produção agropecuária nos lotes é valorizado. É com satisfação que expõem a luta da família, o estudo dos filhos para permanecerem até os dias de hoje na terra, conforme depoimento abaixo;

*" ...foi uma vida sofrida por chegar (*no assentamento) *só com a roupa do corpo e a coragem, mas com o passar do tempo, os filhos se formando pra poder ajudar....., o sonho está realizado"*

Luiz Pereira, assentado na área I da Fazenda Monte Alegre

Neste contexto podemos perceber que a satisfação das famílias em estarem no projeto de assentamento vai muito além do resultado de produções e das frustrações de safras, da escassez dos financiamentos agrícolas, dos incentivos das políticas governamentais, enfim, o foco está na luta pela sobrevivência e conquista da reprodução familiar;

" ... de 85 até agora, ficar aqui com todas as dificuldades de um pai de família com cinco filhos é uma conquista, precisa ter muita vontade mesmo"

Juarez Gabriel da Silva, assentado na área I da Fazenda Monte Alegre

A resistência às dificuldades apareceu associada à valorização do conjunto, sendo a terra representada como o canal legítimo de reprodução de sua família.

Igualmente, a maioria das mulheres processam algum tipo de produto no lote (queijos, doces) e o fazem para fins comerciais. Esta atividade é de fundamental importância para agregação de valor ao produto final. Igualmente, fica sob responsabilidade das mulheres gerir a produção para autoconsumo. Praticamente metade das famílias são auto-suficientes na produção de grãos, realizam algum tipo de processamento de produtos látceos nos lotes, possuem nos mesmos uma fonte de proteína animal disponível para o consumo (aves, frutas e hortaliças).

Pesquisa realizada pelo ITESP sobre produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo traz dados significativos sobre a importância do autoconsumo na vida dos assentados. Esta pesquisa vai ao encontro da hipótese defendida de que as estratégias dos assentados não podem ser compreendidas sob a ótica da valorização capitalista. Estratégias de segurança alimentar têm que ser compreendidas no interior das múltiplas dimensões que se fazem presentes neste novo modo de vida, entendido como espaço de articulação de políticas, valores e tradições. O autoconsumo ganha significado como parte das estratégias dos assentados para permanecer na terra.

Outro aspecto que nos chamou muito a atenção e raramente observado no dia a dia do trabalho da assistência técnica diz respeito às espécies cultivadas de plantas com finalidade medicinais para usos das famílias. Nesta amostragem a média de espécies presentes em todos os lotes foi de 3,5 (três e meio) espécies, dentre elas, destaca-se carqueja, boldo, confrei e erva cidreira. O cultivo de plantas medicinais reduz os gastos com medicamentos para patologias mais leves, atuando principalmente de forma preventiva e natural em nosso organismo. Estas últimas informações, no geral subestimadas nas análises voltadas a discutir assentamentos por modelo de eficiência e de produtividade têm importância fundamental na inteligibilidade do que significa viver na e da terra.

Questões para debate: a diversidade dá o tom

Investir no argumento analítico de que a caracterização dos sistemas agrícolas de produção constitui apenas uma variável desta complexa dimensão sócio-econômica e que as estratégias adotadas pelas famílias nas comunidades são extremamente mutantes, ou seja, criadas e recriadas de acordo com as necessidades dos arranjos familiares foi o principal objetivo deste artigo.

Mais uma vez tivemos a oportunidade de demonstrar que a racionalidade econômica destas famílias de pequenos produtores difere da premissa da maximização do capital (lógica do modelo capitalista do grande agronegócio), pois o modo de vida destas famílias está pautado por uma outra racionalidade, associada às necessidades, à lógica da reprodução social destes indivíduos. Neste sentido, quando o poder econômico estabelece analogias e questionamentos a respeito da viabilidade destes modelos de produção agrícola, no mínimo estes enfoques estão sendo parciais, tendenciosos ou reducionistas.

Os assentamentos rurais podem ser entendidos como uma política de experiências recentes e inovadoras do ponto de vista da ocupação do espaço e gestão econômica do território. Seu conceito de modo de vida exterioriza dimensões teóricas (aspirações e projetos) e práticas (estratégia e hábitus), em uma relação de recusa, enfrentamento e aceitação com outros agentes sociais e de convivência com os recursos naturais circundantes, o que vai na contramão do estabelecimento de avaliações concisas e pontuais sobre este objeto.

As avaliações imprecisas sobre este modelo de produção agrícola (pequeno produtor), não sem procedência, nos remetem à década de 60, na qual transformações da base tecnológica da agricultura, armazenagem e verticalização da comercialização através

dos grandes complexos agroindustriais se expandiam em um ritmo galopante na "*modernização*" de nossa economia. Entre as novas técnicas difundidas em campo, a extensão rural focada no desenvolvimento do *produto* e não do *processo*, intensiva mecanização e crescente dependência da indústria agroquímica (insumos e defensivos) no processo de produção, tudo isso a reboque do farto crédito rural subsidiado caracterizaram o padrão agrícola dominante por praticamente quatro décadas sustentado pelo discurso da maximização da produtividade. O que é esquecido ou omitido por aqueles que procedem estas análises são os efeitos colaterais causados à sociedade e ao meio ambiente, por esse aumento indiscriminado da produtividade.

Contextualizando a análise, o pequeno produtor rural não conseguiu absorver por completo todas as adequações impositivas do modelo em vigor, principalmente em relação à mecanização de suas operações em decorrência da restritiva escala de produção, não por ser incapaz, mas pela incompatibilidade dos mesmos com sua trajetória de vida e com suas possibilidades. Como conseqüência desta impossibilidade, a tendência da tecnificação do pequeno produtor foi implantar as ações tecnológicas na esfera agroquímica.

Como nossa política agrícola sempre foi direcionada ao produto (relação direta com a lei da oferta e da procura em uma economia globalizada), mesmo que a produtividade da terra em pequenas propriedades apresentasse níveis até dez vezes maiores do que os aferidos nas grandes propriedades, a produtividade do trabalho sempre esteve de três a quatro vezes inferior à registrada nas grandes áreas mecanizadas. O resultado desta discrepância foi a redução no peso de geração dos produtos agrícolas para o redirecionamento na *venda* da mão-de-obra excedente às extensas unidades de produção capitalistas (SILVA, 1999).

Esta opção não significou o abandono das atividades produtivas na pequena propriedade, pois com a abertura da economia mundial no início da década de 90, a agricultura passou a não ser mais um setor dicotomizado (urbano/rural), estanque, desvinculado do processo econômico e das dinâmicas em movimento. Hoje, este setor da economia não só participa desta dinâmica, como também a absorve e por vezes, a induz. É neste contexto de transformações sociais e econômicas por que passa a sociedade que se apresenta a nova discussão sobre ocupação do espaço e gestão do território, acompanhada de novo ingrediente como tempero deste acalorado debate, a prática da pluriatividade (TEDESCO, 1999).

É neste complexo universo que as ações implementadas são caracterizadas pelas diferentes estratégias familiares adotadas para sobrevivência e sua reprodução social. Nesta seara é possível identificarmos, alguns fatos importantes, tais como;

- De forma geral, tanto nos sistemas de culturas como de criações, apesar das imensas dificuldades encontradas por estas comunidades, o modelo de produção paradigmático idealizado pelas famílias ainda é o modelo com base tecnológica resultante do processo de agroindustrialização da agricultura a partir da década de 60;
- Práticas agrícolas alternativas e/ou complementares, de simples implantação e baixo custo, como plantio em nível, plantio consorciado, uso de sementes e variedades, adubação verde e rotação de culturas, que influenciam diretamente na sustentabilidade produtiva do solo (práticas de manejo para evitar e/ou reduzir o processo erosivo) ainda são pouco utilizadas no assentamento;
- Especificamente neste aspecto, em que a assistência técnica e a extensão rural estatal poderiam atuar de forma mais incisiva e presente, fatores como a instabilidade institucional na condução das diretrizes políticas de atuação junto às comunidades e a turbulenta relação entre famílias assentadas x agentes técnicos (diretamente relacionada à contradição ideológica "sonho de liberdade" x "instrumentos legais de controle" exercidos

pelo poder estatal), dificultam a implantação de uma proposta de trabalho que só traria benefícios a estes atores sociais;

- Ainda se faz necessário que os poderes públicos (federal, estadual e principalmente municipal), implementem ou dêem continuidade às políticas que possam estabelecer canais autônomos de comercialização dos produtos agrícolas dos assentamentos, já que aproximadamente 60% destas operações ainda são realizadas com a ação direta de atravessadores;
- A racionalidade do trabalho destes atores sociais passa pela seguinte caracterização; a) praticamente 50% da força de trabalho aos filhos residentes no assentamento, são ocupadas com atividades externas à propriedade, ligadas ou não a atividades agrícolas; b) contrapondo-se à esta constatação, mais de 60% das famílias assentadas fazem uso de mão-de-obra externa à propriedade para execução de atividades sazonais ou permanentes no interior das propriedades. Observada somente sob a ótica fria dos números e da racionalidade econômica, facilmente esta constatação teria como parecer técnico a "incapacidade na gestão administrativa destes grupos de famílias". Já sob a ótica da racionalidade social, esta constatação nos mostra que o processo de reconstituição de uma comunidade, baseada nos princípios da solidariedade, confiança, respeito, conhecimento de técnicas agropecuárias e sua relação com o meio ambiente está em franca evolução, ainda mais se pensarmos que algo em torno de 85% dessa ocupação de mão-de-obra externa ao lote vem sendo ressarcido com a própria força de trabalho (troca de dias) ou através do pagamento em mercadorias como grãos, animais e outros (formas de diárias). Especificamente nesta, como em diversas outras situações, ganha força a estratégia que busca otimizar o ganho com mão-de-obra familiar (atividades externas ao lote) sem comprometer a demanda da execução interna, neste caso o elemento que organiza tecnicamente a produção é a mão-de-obra;
- Podemos observar que, em determinadas épocas do ano, o potencial da força de trabalho familiar fica subutilizado (ponto de vista da produção comercial). Nestes casos, recorre-se então à venda desta força de trabalho em caráter temporário e/ou permanente para fortalecimento do orçamento familiar. Esta estratégia só é possível de ser implementada, caso estes atores sociais tenham estabelecido ou constituído uma rede de sociabilidade interna que lhes possibilite a formação de um capital social que se mostra imperceptível sob a luz da maximização da produtividade e do modelo estatal de assentamento.

A consolidação destas novas alternativas de ocupação do espaço e gestão dos territórios, em constante conflito com a voracidade do agronegócio (que se utiliza da fragilidade econômica destas famílias para impor seus projetos de "desenvolvimento" das comunidades) está diretamente relacionada aos rumos da política agrícola brasileira. Conforme indicações constantes do documento "Novo Mundo Rural", publicado em abril de 1999 no governo Fernando Henrique Cardoso, a proposta parte da premissa de que a descentralização ou a emancipação destes complexos sociais estão associadas à atuação do poder publico municipal.

" ...Na medida em que o assentado ao chegar na terra e levado pela política estatal a ser mais parceiro do banco do que de outros trabalhadores, ser mais parceiro da agroindústria do que de outros trabalhadores, ser mais parceiro..... ser mais consumidor do que produtor né....à medida em que ele não consegue ser auto-suficiente na produção de insumos e no avanço técnico pra implementação de sua produção, então há... há um descolamento cultural, há um descolamento em todos os sentidos, de uma realidade de um ser humano que antes tinha uma convivência em uma faixa da sociedade, ou seja, entre os

trabalhadores, e que do dia pra noite passa a... como se fosse uma célula do sistema financeiro, uma célula mercadológica e tendo que dar respostas mercadológicas pra política de Estado para satisfação dos homens e mulheres que fazem a gestão pública..."

Élio Neves - Presidente da FERAESP

Com o foco do documento voltado à consolidação da agricultura familiar, a criação do Programa Nacional para a Agricultura Familiar – PRONAF - constitui-se na principal ferramenta para viabilizar o programa, ou seja, a efetiva liberação de recursos subsidiados aos pequenos agricultores familiares, fica condicionada à criação, na esfera municipal ou microrregional, de um conselho municipal de desenvolvimento rural com a participação de representantes das prefeituras municipais, câmara de vereadores, órgãos públicos com atuação direta ou indireta nestas comunidades, instituições bancárias, ONG's e representantes dos agricultores rurais (FERRANTE & BARONE, 2003).

Não achamos que esta seja a proposta mais racional, pois tendo em vista exemplos já citados neste trabalho, a relação de clientelismo estabelecida entre o poder público municipal e lideranças das comunidades, certamente não traria benefícios para uma parcela considerável destas comunidades. Estes complexos processos sociais (projetos de assentamentos rurais) estariam susceptíveis aos interesses dos grandes grupos econômicos que simplesmente negligenciam ou ignoram as diferenças regionais e os interesses locais, excluindo completamente estas comunidades da participação e das decisões sobre os processos produtivos. O exame das práticas dos conselhos municipais de desenvolvimento rural mostra que há pouca vontade política de assumir, dentre suas prioridades, a inclusão de projetos dirigidos a assentamentos na agenda política municipal. Nestes casos restam aos trabalhadores marginalizados do processo, buscar sua sobrevivência e sua reprodução social através do veio da pluriatividade (TEDESCO, 1999).

"... quando o Estado, na pessoa da Fundação ITESP, assume como se fosse o proprietário do assentamento, o proprietário do lote, o proprietário das benfeitorias, o proprietário da vida das pessoas, o Estado na figura da Fundação ITESP assume uma postura perversa no que diz respeito aos sonhos e esperanças dos trabalhadores. Esse talvez seja o motivador, não é o único, acho que há problema entre as famílias, mas o fato do Estado não ter garantido nesses vinte anos para o assentamento relações jurídicas sólidas e desse para o assentamento, o assentado, a perspectiva que ele realmente está fincando seu pé naquilo que lhe pertence, o Estado aí gera um desestimulo e faz do assentado mais uma figura daquelas que querem fazer o jogo brasileiro e se dar bem a curto prazo e.. aí talvez isso justifique também as parcerias inconvenientes. O Estado é responsável por isso à medida em que não tem política por uma lado, favorece parcerias por outro e fragiliza a relação jurídica trabalhador x terra. Então o assentamento precisa resolver a questão da documentação da terra, isso é uma questão de fundo e se os assentados não enfrentarem isso, a insegurança, especialmente nas mulheres, nos jovens, nas crianças, ela vai se consolidando, vai se perpetuando e... o assentamento cada vez, mais a comunidade vai envelhecendo, adoecendo e não é a toa que nós... podemos verificar dentro do assentamento uma quantidade enorme de pessoas que sobrevivem de renda da previdência social né... quer dizer, e as pessoas que teriam realmente força de trabalho, os jovens não vêem a perspectiva de futuro porque esse fator, de que não há segurança também e inibidor de investimentos, de apostas a longo prazo..."

Elio Neves - Presidente da FERAESP

Nas análises de todas as expressões das famílias assentadas ao longo deste trabalho, podemos concluir que a infra-estrutura social implantada no assentamento como escola, posto médico, energia, transporte e a volta à terra como o contato direto com o ar puro, o acesso à água saudável, as plantas, os animais, enfim, a tranqüilidade do campo são fatores de aceitação que influem direta e decisivamente para a permanência da família na terra. Em contrapartida, dificuldades encontradas por estas famílias quanto à infra-estrutura de produção, aqui expressadas pelo binômio financiamento e trabalho se constituem no principal fator de recusa e/ou enfrentamento perante os órgãos estatais quanto às dificuldades para permanência na terra.

Iniciativas do poder público municipal como a feira dos pequenos produtores no município de Araraquara são instrumentos que contribuem decisivamente para diversificação da produção no assentamento (exemplo concreto desta experiência são os cultivos de hortaliças para fins comerciais implementados nos sistemas de produção identificados na pesquisa), a geração de "emprego" através da absorção da mão-de-obra local e o autofinanciamento através da garantia de canais escoadores da produção diretamente com o consumidor final, sem a atuação de intermediários e o conseqüente reinício de um processo de capitalização destas famílias.

Em última instância, os projetos de assentamentos rurais existentes na microrregião de Araraquara, podem ser considerados ícones de recusa e resistência ao modelo de agricultura patronal praticado pela grande agroindústria de exportação. O futuro destas experiências permanece envolto em incertezas, o que reflete a precariedade das políticas públicas dirigidas a tais experiências e a consolidação de parcerias que, objetivando o desenvolvimento podem estar trazendo o retrocesso não só financeiro, mas principalmente cultural e simbólico. Situação esta que não se apresenta como caminho de mão única. Com todos os impasses e problemas enfrentados, as experiências de assentamentos estão criando novas bases para se discutir as perspectivas futuras de desenvolvimento local/regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J . O enfoque sistêmico e a Interpretação dos Processos Sociais Rurais: Usos Redutores de um Pretenso Paradigma Holístico. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1; 2003.

ANTUNIASSI, M. H. R; AUBREÉ, M; CHONCHOL, M. E. F. De Sitiante a Assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva,** Revista da Fundação Seade, vol 7, n.3, jul/set, 1993.

BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade : A Economia Moral dos Trabalhadores Rurais em Três Tempos.** UNESP/FCLAR; Araraquara-SP; Dissertação de Mestrado,1996.

BARONE, L. A; **Conflito e Cooperação. O Jogo das Racionalidades Sociais e o Campo Político num Assentamento de Reforma Agrária.** UNESP/FCLAR; Araraquara-SP; Tese de Doutorado, 2002.

BERGAMASCO, S.M.P.P & SALLES, J.T.A.de Oliveira, Assentamentos Rurais e Producao de Alimentos Basicos: Uma Abordagem a Partir de um Estudo de Caso', **Cadernos de Debate**; UNICAMP, Campinas,1995.

BERGAMASCO , S. M. P. P; AUBREÉ, M; FERRANTE, V. L. S. B (orgs). **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo.** Campinas, UNICAMP/FEAGRI; Araraquara, UNIARA; São Paulo, INCRA; 2003.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (org.); **Retratos de Assentamentos**. Cadernos de Pesquisa: Ano II – nº 02. FCL/ UNESP/Araraquara, 1995.

FERRANTE, V. L. S. B.; (org.); **Retratos de Assentamentos**. Cadernos de Pesquisa: Ano VI – nº 08. FCL/ UNESP/Araraquara, 2000.

FERRANTE, V. L. S. B. ; BARONE, Luis Antonio . Relações de Gênero nos Assentamentos rurais: violência e resistência na Constituição de um novo modo de vida. **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia Rural SOBER e FIRST SOBER /IAAE JOINT SYMPOSIUM**, 1999, Foz do Iguaçu -PR, 1999.

LAMARCHE, H. . **Agricultura Familiar** : Uma Realidade Multiforme , v. I, coord. Hugues Lamarche , Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993. 336p

QUEDA, O & PINASSI, M O . Consórcio Canavieiro: Proposta Inovadora ou Reedição de Práticas Tradicionais. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 23, n. 2;1993

PERONDI, M. A; **As Estratégias de Reprodução de Sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de Colonos no Sudoeste do Paraná.** UFRGS: Dissertação de Mestrado, 1999.

PERONDI, M. A; Agricultura como Fronteira entre Sociedade e Natureza: Novos Atributos a Multifuncionalidade. . **II Encontro Anual de Pós-graduação e Pesquisa Em Ambiente e Sociedade**; Campinas, SP; 2004.

PREMEBIDA, A; ALMEIDA, J. **A Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann e sua Possibilidade de Interpretação dos Fenômenos Sociais.** Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas, SP; 2003.

ROMEIRO, et. al. **Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda.** Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

SCHNEIDER, S; **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, J. G.; **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

SOUZA, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Elementos Constitutivos na Construção do Capital Social em Assentamentos Rurais**; Tese de Doutorado, UNICAMP, 2006**..**

STETTER, E; **A Cana nos Assentamentos Rurais: Presença Indigesta ou Personagem Convidada?** Dissertação de Mestrado. UNESP, 2000.

TEDESCO, J, C (org). **Agricultura Familiar. Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo-RS; UPF, 1999.

WHITAKER, D. C. A. ; FIAMENGUE, E. C. . Crianças em Assentamentos de Reforma Agrária : Um estudo das possibilidades de um novo modo de vida. FERRANTE, V. L. S. B.; (org.); **Retratos de Assentamentos**. Cadernos de Pesquisa: Ano VI – nº 08. FCL/ UNESP/Araraquara, 2000,pg.69.